

Ausência do aleitamento materno na primeira infância: fatores e consequências – uma mini revisão integrativa de literatura

Gustavo Portugal Melgaço¹; Luisa Solera Franco Carneiro¹; Marcella Ribeiro da Silva Protásio¹; Mariana Garcia Presotto¹; Rhayssa Marques Rodrigues Alves¹; Jalsi Tacon Arruda².

1. Discente do curso de Medicina do Centro Universitário UniEVANGÉLICA.

2. Docente curso de Medicina do Centro Universitário UniEVANGÉLICA.

RESUMO: O Aleitamento materno é considerado, pelo Ministério da Saúde, prioridade, visto que além de nutrir a criança (importante para o desenvolvimento infantil), também envolve um processo de interação profunda entre mãe e filho. O estudo objetivou compreender os fatores que corroboram para a não amamentação materna exclusiva nos primeiros seis meses de vida do recém-nascido, assim como as consequências que essa ausência pode desencadear no desenvolvimento da criança. Trata-se de uma mini revisão integrativa, um método de pesquisa que possibilita a síntese de múltiplos estudos para que, então, chegue-se à conclusão sobre determinado assunto. A coleta de dados para esse trabalho se deu a partir da busca bibliográfica nas seguintes bases de dados: Scielo e Google Acadêmico. Sendo utilizados como critério de inclusão, artigos originais publicados nos últimos 10 anos (entre 2014 e 2024), em português e disponibilizados gratuitamente, que respondiam à pergunta norteadora. Foram excluídos artigos não originais e não respondentes à pergunta. Com a análise dos artigos escolhidos, fica claro que diversos são os fatores que tornam o processo natural de amamentação materna exclusiva até os 6 meses de idade do bebê dificultado, dentre os quais estão fatores biológicos, como estresse e ansiedade; sociais, como carência de apoio para tal prática; econômicos, como a necessidade de trabalhar, diminuindo a disponibilidade de tempo da mãe; entre muitos outros motivos. Contudo, ainda que com muitos obstáculos para sua ocorrência, é evidente a importância que o aleitamento tem para o desenvolvimento do neném ao longo de seu crescimento, haja vista que sua falta pode provocar decaimento do sistema imune, respiração bucal, sucção não nutritiva, além de servir como fator protetor para a obesidade infantil. Dito isso, carecem medidas públicas e políticas que estimulem o ato de amamentar, objetivando, assim, maior qualidade de vida para o binômio mãe-bebê.

Palavras-chave:

Aleitamento materno.
Primeira infância.
Desmame.
Fatores de risco.
Consequências.

INTRODUÇÃO

O Aleitamento materno é considerado, pelo Ministério da Saúde, como uma das prioridades do governo federal, uma vez que além de nutrir a criança, sendo importante para o desenvolvimento infantil, também envolve um processo de interação profunda entre mãe e filho¹.

Nesse sentido, nota-se a necessidade da compreensão da amamentação em um contexto sociocultural e familiar, de maneira a entender sobre os benefícios do aleitamento e os malefícios da carência do leite humano na criança. A falta de acesso às informações sobre o modo e o tempo de amamentação é considerada como um dos fatores que influenciam o encerramento do aleitamento materno de maneira precoce, fazendo com que o bebê não tenha o ganho de peso certo, além de muitas

outras implicações. Dessa forma, enfatiza-se a necessidade da participação de uma equipe multidisciplinar e da família durante esse processo, ajudando as mães nas suas dificuldades e inseguranças²⁻³⁻⁴⁻⁵⁻⁶.

Portanto, o estudo tem como objetivo compreender as implicações da falta do aleitamento materno na primeira infância, dando ênfase nos motivos e consequências da interrupção precoce da amamentação, tanto para as crianças, quanto para as mães.

METODOLOGIA

Trata-se de uma mini revisão integrativa da literatura - o que segundo Mendes, Silveira e Galvão, é um método de pesquisa que permite a síntese de múltiplos estudos e o alcance a conclusão a respeito de um determinado tema autor⁷. Buscou responder à pergunta norteadora: Quais os fatores contribuintes para a falta do aleitamento materno e as consequências deste na primeira infância?

As seguintes etapas apresentadas foram as utilizadas para a construção dessa mini revisão: identificação do tema; seleção da pergunta norteadora; coleta de dados em bases de dados virtuais; estabelecendo critérios de inclusão e exclusão para selecionar os artigos; avaliação de estudos encontrados na revisão integrativa; interpretação e apresentação de resultados.

Os artigos foram buscados na base de dados da Scielo (Scientific Electronic Library Online) e Google Acadêmico, utilizando os descritores: “aleitamento materno”, “primeira infância”, “desmame”, “fatores de risco” e “consequências”, usando entre eles o booleano AND.

Foram encontrados 442 artigos em março de 2024, dentre os quais 30 apresentavam todos os descritores e, desses, 5 respondiam à pergunta norteadora, sendo escolhidos, então, para serem usados nessa mini revisão. Os critérios de inclusão utilizados foram artigos originais publicados nos últimos 10 anos (entre 2014 e 2024), em português e disponibilizados de maneira gratuita. Foram excluídos aqueles que se enquadravam em: artigos de revisão, capítulo de livro, teses e dissertações.

RESULTADOS

Nesta mini revisão integrativa, analisou-se 5 artigos que atenderam aos critérios de inclusão anteriormente estabelecidos, e que iam de encontro com o objetivo de identificar os fatores que levam à falta de aleitamento materno e as suas futuras consequências na primeira infância. A seguir, será apresentado uma visão geral dos resultados. Apresenta-se um panorama dos artigos no quadro 1.

Quadro 1 – artigos citados na mini revisão bibliográfica, segundo autor/ano, desenho de estudo, objetivo e conclusão.

Autor/Ano	Desenho de Estudo	Objetivo	Conclusão
Amaral <i>et al.</i> (2015)	Pesquisa descritiva, exploratória e qualitativa.	Identificar os fatores que causam a interrupção do aleitamento materno exclusivo durante os primeiros 6 meses de vida.	Apesar de as nutrizes entenderem a importância do aleitamento materno, a interrupção precoce devido à falta de conhecimento acerca das consequências, redução de gastos, diminuição do risco de hemorragias nas mulheres no pós-parto, dentre outros, fazem com que haja a interrupção precoce do Aleitamento Materno Exclusivo. Por isso, torna-se importante a expansão das orientações e apoio pelos profissionais da saúde nas primeiras semanas do pós-parto.
Andrade <i>et al.</i> (2023)	Estudo transversal, através da análise de prontuário de 28 crianças de 4-6 anos em Vespasiano-MG.	Identificar a relação entre o desenvolvimento de obesidade em pré-escolares e a presença de aleitamento materno exclusivo até os 6 meses.	O estudo demonstrou que há uma relação protetora do aleitamento materno exclusivo em relação à obesidade infantil. Entretanto, são necessárias pesquisas com uma amostragem maior relacionadas ao tema.
Caminha <i>et al.</i> (2015)	Estudo observacional, tipo caso-controle, aninhado no banco de dados da III Pesquisa Estadual de Saúde e Nutrição (III PESN).	Analisar os fatores de risco para a não amamentação em Pernambuco, Nordeste do Brasil, em 2006	A idade materna acima de 35 anos e a falta de educação sobre o aleitamento materno durante o pré-natal são fatores importantes a serem considerados. Mães mais velhas parecem ser menos propensas a adotar o aleitamento materno, enquanto a orientação educativa durante o pré-natal mostra-se crucial na promoção dessa prática. Esses fatores identificados como riscos oferecem oportunidades promissoras para controlar a não amamentação. Por exemplo, em Pernambuco, a prevalência de crianças que nunca foram amamentadas está diminuindo, indicando um progresso significativo na promoção da saúde infantil.
Almeida (2023)	Estudo transversal, quantitativo e qualitativo.	Estudar os benefícios do leite humano e sua relação com a redução de doenças no primeiro ano de vida, analisando o tempo de amamentação, tipo de alimentação em aleitamento materno exclusivo, identificando as primeiras doenças nesse período.	O aleitamento materno evita doenças na primeira infância, visto que ele é necessário para o fortalecimento do sistema imune. Há a necessidade de informações sobre o tempo correto, a amamentação exclusiva e as consequências da introdução precoce de outras substâncias. Além disso, torna-se importante a propagação de informações tanto pelos profissionais de saúde, quanto pelas vias midiáticas.
Wagner <i>et al.</i> (2020)	Pesquisa com abordagem qualitativa do estudo de casos múltiplos com caráter descritivo.	Descrever os elementos fortalecedores e fragilizadores da amamentação.	A amamentação, ao abordar questões muito mais complexas que somente o binômio mãe-bebê, para que ocorra de maneira efetiva, são necessárias políticas públicas e práticas promotoras que sejam fortalecidas para maior efetivação e manutenção de tal prática. Assim, o envolvimento social e subjetivo materno são imprescindíveis durante o período do aleitamento.

Dentre os artigos utilizados, de acordo com a tabela acima, constata-se que de acordo com Wagner *et al.* e Amaral *et al.*, diversos são os fatores que impossibilitam ou ao menos dificultam o aleitamento materno exclusivo até os 6 meses de idade do bebê, logo, são necessárias maiores orientações e apoio e/ou incentivo à amamentação pelos profissionais de saúde, pelos familiares e, ainda, pela rede pública, como Caminha *et al.* reforça em seu estudo observacional. Além disso, em relação às consequências que essa ausência acarreta ao bebê, estão implicações em seu sistema imunológico e o aumento do desenvolvimento de obesidade infantil, elencados em Almeida e Andrade *et al.*, respectivamente²⁻³⁻⁴⁻⁵⁻⁶.

Com isso, fica evidente os diversos impactos que a não amamentação materna exclusiva nos primeiros seis meses de vida provoca ao longo do desenvolvimento do recém-nascido. Sendo assim, então, todos os fatores que implicam contra tal prática, além de suas consequências, serão profundamente discorridos a seguir.

DISCUSSÃO

Aspectos relacionados à questão do aleitamento materno vão muito além do ato de apenas amamentar o bebê. Trata-se de um processo complexo que envolve diversos fatores - biológicos, sociais e governamentais. Sendo assim, a pesquisa qualitativa de Wagner *et al.* corrobora para com o entendimento a respeito destes fatores. No artigo citado, fortalecedores e fragilizadores da amamentação são destrinchados, segundo a ótica da mãe e de seus familiares. Enfatiza-se, a todo instante, que tal prática envolve não apenas o binômio mãe-bebê, mas também toda uma questão social e política, uma vez que além de dificuldades biológicas encontradas pela mulher para o aleitamento materno exclusivo, como a pouca disponibilidade de tempo, a crença de que somente o leite não garante a sustentação do bebê, o choro excessivo e abordagens emocionais, como estresse e ansiedade, que tornam o processo ainda mais complicado, estão presentes o envolvimento dos familiares e da sociedade que necessitam demonstrar apoio e suporte para as mães durante essa fase, incentivando a amamentação exclusiva, principalmente nos 6 primeiros meses de vida da criança. Além disso, tem-se o governo como um importante agente possibilitador do aleitamento, especificamente suas práticas e políticas públicas, ao qual cabe a promoção e a garantia de medidas que tornem o processo da amamentação mais tranquilo para as mães, por meio da licença maternidade efetiva, ambientes públicos adequados para tal, entre outros².

Tendo isso em mente, o artigo de Wagner *et al.* é complementado pelo de Amaral *et al.*, que aborda a importância do Aleitamento Materno Exclusivo (AME) em crianças até os 6 meses de vida. Este estudo, inicialmente, expõe as vantagens do leite materno, pois é rico em vitaminas, proteínas, sais minerais, água, entre outros componentes vitais, ajudando no desenvolvimento e na prevenção da

morbimortalidade infantil, além de sua promoção na saúde tanto física quanto psíquica, para ambos os envolvidos - para a lactante (mulher que amamenta) e para o lactente (bebê). Contudo, mesmo com tais vantagens, a prevalência do AME em menores de 6 meses é de apenas 41%. Isso ocorre porque, apesar das mães terem consciência sobre sua importância, diversos fatores, como: redução de gastos, diminuição de risco de hemorragia nas mulheres no período pós-parto, crenças na produção insuficiente de leite, dificuldade de pega da mama e conselhos não comprovados cientificamente de familiares e amigos, fora aqueles anteriormente citados por Wagner *et al.*, atuam como estimuladores para a interrupção precoce do AME. A partir disso, o artigo conclui retratando a necessidade da expansão de informações pelos profissionais de saúde para mulheres em ciclo gravídico-puerperal e nas primeiras semanas após o parto²⁻³.

O artigo "Fatores de risco para a não amamentação: um estudo caso-controle", tendo como autoria Caminha *et al.*, trata sobre a diminuição da prática do aleitamento materno exclusivo no Brasil, destacando a Região Nordeste do país. Nesse viés, o estudo objetivou investigar quais fatores, a nível populacional, acham-se associados à ausência de amamentação. Foram analisadas 16 variáveis, incluindo idade; anos de estudo; área (urbana e rural); trabalho materno; orientações sobre amamentação no pré-natal; entre outros. Como resultado, cabe considerar que a prevalência de 5% de crianças que nunca foram amamentadas já começa a figurar entre as estatísticas satisfatórias. Ou seja, o problema estaria perto de ser controlado. O contrário acontece com a situação de onde foram retirados os controles, desde que, de toda a amostra de crianças avaliadas em Pernambuco, apenas 15% foram amamentadas por pelo menos quatro meses de idade, quando se esperaria, de forma ideal, até seis meses. Desta forma, a magnitude do problema aparece mais nos controles do que nos casos, constituindo uma nova situação a ser considerada em futuros estudos sobre o tema. Nesse contexto, teve como destaque duas condições evidenciadas como riscos: a idade e a falta de ações educativas em favor do aleitamento materno. Entretanto, conclui-se que estas duas condições evidenciadas como riscos oferecem boas perspectivas para o controle da não amamentação, visto que mães com 36 ou mais anos pertencem a uma geração mais "refratária" às práticas de aleitamento materno, representando uma conduta que começa a desaparecer nas gerações mais novas. Já em relação ao papel da orientação educativa do pré-natal, sua importância é muito grande, visto que ela impacta na redução do risco de ausência e resgata a prática de amamentação. Considerando conjuntamente as duas observações e a projeção de suas tendências, há uma perspectiva bem promissora para os próximos anos, no que se refere às práticas corretas de amamentação⁴.

Em "A amamentação como um fator redutor de doenças na primeira infância - projeto de pesquisa", escrito por Almeida, é destacada a importância do leite materno (composto por anticorpos e linfócitos) para o desenvolvimento do sistema imune infantil. Além disso, o texto enfatiza constantemente o aleitamento como fator protetor para a criança, uma vez que diminui alergias,

obesidades, risco de hipertensão, garante uma melhor nutrição, entre outros. Reafirmando a pesquisa de Almeida, Wold e Adlerberth, relatam a eficácia do leite materno e acrescenta sua importância na proteção contra infecções e condições relacionadas, como a gastroenterite, infecção do trato respiratório superior e inferior, otite média aguda, infecção do trato urinário, sepse neonatal e enterocolite necrosante. Ademais, afirmam que o leite materno é altamente inflamatório e possui fatores semelhantes a hormônios que contrariam a diarreia. Junto a isso, explicam que alguns dos efeitos protetores podem derivar de um padrão de colonização de mucosa alterada no lactente amamentado, assim, eles desenvolvem menos sintomas para o mesmo micróbio que causa doença no lactente alimentado com mamadeira⁵⁻⁸.

Já Andrade *et al.*, evidencia em seu artigo a recorrência de obesidade na primeira infância em razão do não aleitamento materno nos seis primeiros meses de vida, visto que, o leite humano possui hormônios que regulam a fome e a necessidade de ingestão de alimentos, além de contribuir para a formação de uma microbiota intestinal mais saudável. Ao longo do texto pode-se observar que a prevalência de aleitamento materno exclusivo em crianças até os 6 meses de idade foi de 60,7%, e 5,88% apresentaram obesidade, demonstrando assim, que há uma relação protetora do aleitamento materno exclusivo em relação à obesidade infantil, mas que devida à pequena amostra analisada com sucesso, seriam necessários mais estudos para comprovar a tese⁶.

O artigo “Consequências na alimentação de crianças órfãs após a morte materna: uma investigação por meio de softwares de mineração de texto”, escrito por Salazar-López *et al.*, mostra estudos no qual os bebês de 0 a 5 meses de idade, que não eram amamentados, tiveram maior risco de mortalidade por causa das infecções relacionadas. É demonstrado a importância da mãe na sobrevivência neonatal, tendo em vista que a morte materna pode causar má-alimentação no recém-nascido, além de mostrar as consequências diretas, como a desnutrição, e indiretas, como a susceptibilidade às infecções, da ausência materna e do seu aleitamento⁹.

Ainda, somando a todos os fatores implicados anteriormente, Araújo *et al.*, em seu artigo ressalta a importância da amamentação materna exclusiva até os 6 meses de idade, e após este período, da introdução de alimentos pastosos e sólidos gradativamente, mantendo o aleitamento materno até os 24 meses de vida para contornar as necessidades nutricionais da criança e estimular o crescimento dos ossos da face. A amamentação exclusiva é de extrema beneficência para o desenvolvimento da criança, pois contribui para a formação muscular e óssea do crânio e da face, diminuindo mal oclusões (as quais podem acarretar na respiração bucal, que impactam na fala, na qualidade de sono e no aprendizado) e, também, minimiza os riscos dos hábitos de sucção não nutritiva - como através da sucção labial, mordida dos lábios e da língua, sucção digital e de chupeta, entre muitos outros hábitos, sendo estes conhecidos como hábitos deletérios¹⁰.

CONCLUSÃO

Por fim, foi possível concluir que a abordagem sobre o aleitamento materno é de extrema importância para a sociedade, uma vez que é um processo complexo que envolve diversos fatores que vão além da relação binômio mãe-bebê. Esses fatores, tais como questões sociais, afetam de forma significativa não só na decisão da prática do aleitamento materno, mas também em sua não aderência, o que provoca uma série de consequências tanto para o bebê quanto para a mãe.

Ademais, ressalta-se que o governo é um importante agente possibilitador da prática do aleitamento, já que por meio da implementação de políticas sociais, como ações educativas e licença maternidade afetiva, contribui para o aumento da adesão ao aleitamento materno.

REFERÊNCIAS

- ¹BRASIL. Ministério da saúde. **Aleitamento materno**. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aleitamento-materno>>. Acesso em: 29 abr. 2024
- ²WAGNER, Livia Perissé Baroni *et al.* Strengthening and weakening factors for breastfeeding from the perspective of the nursing mother and her family. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 54, e. 03563, 2020.
- ³AMARAL, Luna Jamile Xavier *et al.* Fatores que influenciam na interrupção do aleitamento materno exclusivo em nutrízes. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, n. 36, v. spe, p. 127-134, 2015.
- ⁴CAMINHA, Maria de Fátima Costa *et al.* Fatores de risco para a não amamentação: um estudo caso-controle. **Revista Brasileira de Saúde Materno-Infantil**, Recife, v. 15, n. 2, p. 193-199, 2015.
- ⁵ALMEIDA, Isadora Luara.; DA COSTA, Samantha Ferreira. A amamentação como um fator redutor de doenças na primeira infância - projeto de pesquisa. **Anais da Semana Universitária e Encontro de Iniciação Científica** (ISSN:2316-8226), v. 1, n. 1, 2023.
- ⁶ANDRADE, Paula Braga *et al.* Obesidade infantil em crianças de idade pré-escolar em relação ao aleitamento materno exclusivo até os 6 meses de idade. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 6, n. 3, p. 10750-10761, 2023.
- ⁷MENDES, Karina Dal Sasso.; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira.; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, v. 17, n.4, p 758-64, 2008.
- ⁸WOLD, A. E.; ADLERBERTH, I. Breast feeding and the intestinal microflora of the infant - implications for protection against infectious diseases. **Advances in Experimental Medicine and Biology**, 478:77-93., 2000.
- ⁹SALAZAR-LOPEZ, Maria Esther *et al.* Consequências na alimentação de crianças órfãs após a morte materna: uma investigação por meio de softwares de mineração de texto. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 3, 2020.
- ¹⁰ARAÚJO, Huan Ruric *et al.* A importância do aleitamento materno no controle do desenvolvimento de hábitos deletérios: Revisão de Literatura. *DI on Line*. **Revista de Psicologia**, v. 13, n. 47, p. 1135-1144, 2019.